

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.dj@abr.com.br

## Primeiros acordes

A linha de defesa passa por algumas premissas: primeiro, Mariângela jamais decidiu de próprio punho o destino das emendas — isso sempre coube aos parlamentares. No caso dos deputados, prevalece o entendimento de que indicar emenda não é crime. Errado é desviar dinheiro público.

## Resiliência

O Itamaraty comemorou a retirada da Lei Magnitsky sobre o ministro Alexandre de Moraes, do STF. Ali, o que se diz é que foi fruto de um trabalho de cinco meses da diplomacia brasileira. O diálogo entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, começou com o encontro em 30 de julho. Foi preciso muita paciência, conversa e, aos poucos, os resultados foram aparecendo. Ainda faltam algumas tarifas e os vistos para entrada nos Estados Unidos.

## Bandeira branca

Os governistas interpretaram como um gesto ao governo a decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de enviar o PL da Dosimetria das penas para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). À coluna, petistas lembraram que a oposição fez pressão para que Alcolumbre levasse o projeto direto ao plenário, mas Alcolumbre ouviu o apelo da base e enviou à comissão presidida pelo governista Otto Alencar (PSD-BA).

## Apostas eleitorais

Em Alagoas, o grupo mais ligado ao prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC, acredita que Lira desistirá de concorrer ao Senado e buscará a reeleição para deputado federal. Quanto a JHC, há o desejo de sair da Prefeitura para concorrer a um mandato eletivo majoritário — seja governo, seja Senado ou até uma vice-presidência da República, se for chamado. Lira, porém, tem dito a amigos que esses apostadores podem estar enganados. Afinal, ele só tratará de 2026 em 2026.



## O recado de Flávio Dino

A Operação Transparência — que mirou Mariângela Fialek, ex-assessora de Arthur Lira (PP-AL), e hoje assessora da liderança do PP — foi lida entre os políticos como um recado a todos aqueles que, porventura, tenham desviado o dinheiro proveniente dessas propostas dos parlamentares ao orçamento. Se o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), colocou “Tuca” (como ela é conhecida) sob os holofotes, uma servidora técnica, a fim de saber quem mandava na liberação das emendas e qual o grau de envolvimento de Lira, um representante do alto clero, não haverá clemência nem proteção a outros, sejam deputados, senadores, sejam servidores. A operação foi apenas uma etapa das muitas que vêm por aí.

» » » » » »

Por dentro/ Dino tinha a ex-assessora em seu radar há tempos, mas as informações que embasaram a ação da Polícia Federal surgiram durante depoimentos dos próprios parlamentares, como o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) e o senador Cleitinho (Republicanos-MG), sobre o “orçamento secreto”.

## PODER

# Julgamento de atentado a bomba

No plenário virtual do STF, Moraes vota para tornar réus acusados de tentar provocar explosão no Aeroporto de Brasília

» IAGO MAC CORD



Tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo

Alexandre de Moraes, ministro do STF, no voto

governo legitimamente constituído” e impedir o funcionamento dos Poderes constitucionais.

Segundo a procuradoria, o plano foi articulado no entorno do acampamento golpista instalado em frente ao Quartel-Geral do Exército, em Brasília, com objetivo de provocar terror e coação social.

Os três denunciados já foram condenados pela Justiça do Distrito Federal, em duas instâncias, por crimes relacionados ao episódio, como explosão, incêndio e posse de arma de fogo sem autorização. O Supremo está analisando os crimes de competência da Justiça Federal. Atualmente, o trio está preso preventivamente por ordem do STF.

George Washington foi responsável por montar a bomba, utilizando dinamite, controle remoto e quatro acionadores — ele confessou a intenção de explodir o artefato. Na véspera de Natal de 2022, Alan Rodrigues e Wellington Macedo colocaram o explosivo no eixo esquerdo de um caminhão-tanque carregado com querosene de aviação na via de acesso ao aeroporto.

o resultado das eleições gerais.

O crime, segundo a acusação, tinha caráter instrumental e visava “desencadear a deposição do

governo legitimamente constituído” e impedir o funcionamento dos Poderes constitucionais.

Segundo a procuradoria, o plano foi articulado no entorno do acampamento golpista instalado em frente ao Quartel-Geral do Exército, em Brasília, com objetivo de provocar terror e coação social.

Os três denunciados já foram condenados pela Justiça do Distrito Federal, em duas instâncias, por crimes relacionados ao episódio, como explosão, incêndio e posse de arma de fogo sem autorização. O Supremo está analisando os crimes de competência da Justiça Federal. Atualmente, o trio está preso preventivamente por ordem do STF.

George Washington foi responsável por montar a bomba, utilizando dinamite, controle remoto e quatro acionadores — ele confessou a intenção de explodir o artefato. Na véspera de Natal de 2022, Alan Rodrigues e Wellington Macedo colocaram o explosivo no eixo esquerdo de um caminhão-tanque carregado com querosene de aviação na via de acesso ao aeroporto.

Lula Marques/Agência Brasil



Pela denúncia, George Washington foi responsável por montar bomba

Em seguida, Alan fez duas ligações de um orelhão na Asa Norte para alertar sobre a bomba porque o motorista do caminhão percebeu um “objeto estranho” e acionou a Polícia Militar.

O atentado não foi consumado porque o motorista do caminhão percebeu um “objeto estranho” e acionou a Polícia Militar.

## Protestos pelo país

» FABIO GRECHI

Artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Paulinho da Viola entraram em fúria da convocação para o protesto nacional, amanhã em várias cidades do país, contra as recentes decisões do Congresso. Organizado pelo PT e pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a ideia é repetir a mobilização de 21 de setembro que fez com que o Parlamento recusasse a aprovação da PEC da Blindagem — que dificultava a abertura de processos criminais contra deputados e senadores.

Os atos de amanhã são em função da tramitação do PL da Dosimetria — que pode reduzir as penas do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros condenados pelo Supremo Tribunal Federal na tentativa de golpe de Estado de 2022 — e da possibilidade de a Câmara não cassar os mandatos dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) e Alexandre Ramagem (PL-SP), ambos foragidos nos Estados Unidos — tal como livrou Carla Zambelli (PL-SP), presa na Itália, decisão anulada pelo STF.

A manifestação na Praia de Copacabana está sendo chamada de “Ato Musical 2: O Retorno” e deve contar, também, com políticos governistas, como os deputados Lindbergh Farias (PT-RJ) e Glauber Braga (PSol-RJ). Em São Paulo, a massa de manifestantes se concentrará no Museu de Arte de São Paulo (Masp) e uma presença certa é a do ministro Guilherme Boulos, da Secretaria de Presidência da República.

## Sessões para ações do Marco Temporal

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, pediu ao presidente da Corte, Edson Fachin, que convoque uma sessão virtual extraordinária do plenário para que os ministros analisem, já na semana que vem, as ações que tratam da constitucionalidade da Lei do Marco Temporal das Terras Indígenas.

Gilmar solicitou o agendamento de uma sessão com início na

segunda e término na quinta-feira. O julgamento começou nesta semana, no plenário físico do STF, com a leitura do relatório e a apresentação das sustentações orais de advogados e terceiros interessados.

Interlocutores do ministro dizem que o decano quis ouvir as partes presenciais, mas deseja julgar o caso ainda este ano. Considerando que a próxima semana é a última

dos trabalhos do Judiciário em 2025, não haveria tempo para a análise do tema no plenário físico antes do recesso, por isso o pedido para o debate em sessão virtual.

Com o movimento, o julgamento pode seguir no rescaldo da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do marco temporal. O texto foi aprovado no Senado na terça-feira, em meio

à insatisfação do Congresso com a decisão de Gilmar sobre a abertura de processos de impeachment contra integrantes da Corte.

A tese do marco temporal afirma que os indígenas só têm direito às terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Em setembro de 2023, o Supremo já decidiu que esse entendimento é

inconstitucional. Dias depois, em outro momento de crise entre os Poderes, o Congresso aprovou uma lei que recria a tese. O trecho que instituiu o marco temporal foi vetado pelo governo e os vetos, por sua vez, foram derrubados pelo Legislativo. Diante do impasse, o caso voltou ao STF por meio de ações que questionam ou pedem para confirmar a validade da lei.